

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 26 DE FEVEREIRO DE 2020

A Assembleia Municipal de Peso da Régua reuniu em sessão ordinária no dia 26 de fevereiro de 2020, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, pelas quinze horas, com a Ordem de Trabalhos que consta da convocatória do dia 17 de fevereiro de 2020.

Foram presentes o pedido de renúncia do Cargo de Deputada Municipal, por motivos pessoais, a que se refere a s/ comunicação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de 23 de janeiro da Senhora Deputada Maria Isabel Barroco de Melo que será substituída pela Deputada Isabel Maria Guedes de Sá.

O Senhor Presidente da Assembleia reconheceu e enalteceu o empenho e dedicação demonstrados nas intervenções da Senhora Deputada durante o período que pertenceu a esta Assembleia.

Feita a chamada verificou-se que não estavam presentes o Senhor Deputada Isabel Maria Silva Guedes de Sá que foi substituída pelo Senhor Deputado Paulo Manuel Monteiro Carvalhosa Rocha, o Senhor Deputado Paulo Alexandre Primo Joaquim substituído pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia de Poiães e Canelas Gilberto Carlos Pereira de Magalhães, o Senhor Deputado Paulo Jorge da Cruz Costa, substituído pela Deputada Marlene Monteiro de Almeida.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia que após o envio da convocatória lhe tinha sido solicitado pela Câmara Municipal a inclusão de mais um ponto na ordem de trabalho e que respeitava à apresentação, discussão e aprovação da proposta da câmara municipal relativa à delimitação das áreas reabilitação urbano (ARU).

Posta que foi à consideração da Assembleia a mesma não se opôs à sua inclusão, após ter sido posta à votação foi a mesma aprovada por unanimidade passando a constar como sendo o ponto oito de ordem de trabalhos.

Foi presente uma moção sobre a criação sobre a criação das Regiões Administrativas apresentada pela Deputada Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães, a qual já tinha sido apresentada aos Grupos Municipais os quais estavam de acordo com a mesma desde que lhe fosse retirado o paragrafo onde se faz referencia os Partidos, o que foi aceite pela proponente.

Foi então lida a proposta já retificada, após o que foi posta à votação e aprovada por unanimidade pelos vinte e cinco membros presentes.

Passou-se então ponto I do período de antes da ordem do dia.

De seguida e passando ao tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia, os senhores deputados prescindiram do uso da palavra pelo que foi aberto período de intervenção aberto aos Múncipes presentes, tendo solicitado o uso da palavra o Múncipe Manuel Guedes Pereira para uma chamada de atenção acerca da falta de sossego provocado tanto pelo continuo transito bem como de pessoas que frequentam os estabelecimentos de bebidas ali existentes, tendo já sido chamadas as autoridades que após chamarem a atenção dos presentes que estão a perturbar os moradores e que de momento é acatado, mas após a sua retirada continuam a perturbar o sono dos moradores.

Assim solicitou ao executivo uma maior limitação dos horários de funcionamento, para assim os moradores poderem descansar. Ficou de entregar um documento escrito para que a sua exposição fique na integra junto à ata.

Como neste ponto não havia mais pedidos de intervenção passou-se ao período da Ordem do dia.

Assim foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara o qual em resposta ao Senhor Múncipe Manuel Guedes Pereira afirmou que o seu assunto iria ser apreciado.

De seguida deu a conhecer sobre o problema das portagens e que o senhor Ministro deu a conhecer que iriam ter uma redução, mas não a sua eliminação como todos nós ambicionávamos.

Falou de seguida da sua presença na tomada de posse dos novos órgãos sociais da ARDAD, dos quais fazem parte Deputados deste Assembleia, desejando-lhe muitas felicidades no desempenho da sua missão e que poderão contar sempre com o apoio do Município, pois aquela instituição presta um serviço que merece ser enaltecido.

Depois referiu-se aos graves prejuízos nos equipamentos desportivos do Clube de Caça e Pesca, no campo de jogos com o levantamento do relvado sintético o que como consequência a deslocalização dos seus utilizadores para o campo de Fontelas.

Para colmatar em parte os prejuízos, embora não na sua totalidade o Município e o Clube da Caça e Pesca já fizeram uma candidatura que muito embora não vai cobrir todo o prejuízo, mas sim amenizá-lo.

Reportou ainda sobre a prova de Enduro dizendo que a própria Federação se propõe a elevá-la a nível Nacional e a possibilidade num futuro próximo a sua internacionalização, prova que foi um sucesso, pois trouxe muita gente ao nosso território, que tem como promotores o clube Natureza, o nosso Município e o de Armamar, esperando no futuro que ela possa crescer.

Depois falou da organização levada a cabo pelo Clube Motar com a organização da concentração de motos no nosso concelho, que embora não tenha atingido o que esperávamos, continuaremos a apoiar este evento.

Depois reportou a recuperação da Capelas das Caldas do Moledo e também parte das Termas das Caldas do Moledo através de candidaturas do Porto e Norte para a parte exterior, afirmando estar convencido que o Município de Mesão Frio também estará a desenvolver aquilo que ficou no compromisso.

Depois falou sobre o processo em curso sobre a delegação de poderes que julga estar a decorrer dentro da normalidade, quer pelos contatos com os elementos do Governo quer com os interessados.

Falou depois da navegabilidade sobre o pagamento de uma taxa turística, mas isso só é possível caso seja a APDL implementar uma taxa a pagar pelos operadores, cuja taxa seria redistribuídos mas aqui há uma questão de como deve ser essa retribuição, ou seja pelos concelhos ribeirinha ou pela Comunidade Intermunicipal, há assim um problema que está a ser estudado muito embora os operadores digam que já pagam muitas taxas, ou seja cerca de vinte euros por passageiro.

Também informou que no âmbito da APDL é urgente resolver, as áreas de jurisdição de cada uma das partes, as áreas deles e as do Município estando a câmara disponível para suportar o encargo de Manutenção e gestão de toda a nossa zona ribeirinha e retirar-lhes a eles essa competência, sendo que seríamos nós os responsáveis para o bem e para o mal que lá acontece, estando à espera que eles nos apresentem um projeto de protocolo, pois já é do nosso conhecimento as despesas que eles suportam com os prestadores de serviços e se forem transferidas para nós faremos melhor.

Falou depois da gala do vinho que foi um êxito e temos de continuar a realizar eventos de tragam mais valias para a nossa terra e região, promovendo especialmente o turismo com a vizinha Espanha.

Falou de uma reunião com o Senhor Presidente da CP mais propriamente no que se refere aos horários as questões que eles têm com o material circulante, portanto foram estas essencialmente no referente aos Horário, sobre o material circulante e também se falou na redução de cinquenta por cento do comboio histórico, para que seja resposto o serviço aos sábados e domingos.

Sobre o material circulante foi-nos dito que as substituições por novas carruagens demoram em média quatro anos, pelo que estão a recuperar as carruagens que antigamente eram utilizadas e que depois de remodelados tem melhor comodidade aos passageiros.

Informou sobre a reunião com o representante da CP sobre a obra de remodelação/eletificação da linha do Douro até a Douro até a Régua e da continuação até ao Pocinho e para a provável ligação á Barca de Alva, continuando sobre o mesmo assunto informou as reuniões com as várias entidades sobre este assunto, ou seja, a ligação da linha do Douro a Espanha.

Falou depois sobre o que são ainda os constrangimentos, apesar de já haver uma alteração à limitação de licença para a construção na zona Ribeirinha.

Informou sobre o Hospital D Luiz I o processo com o Centro Hospitalar já está praticamente fechado, estão disponíveis para fazer parte de uma solução final, para terem um parceiro ativo, igualmente a ARS já aprovou, embora ainda não temos a aprovação formal, mas já sabemos que o projeto por nós apresentado já está também aprovado bem como o projeto de arquitetura que naturalmente está com algumas anotações, mas está praticamente aprovado no âmbito da ARS já estão aprovados os projetos de especialidade, estando em paralelo a ser redigido do protocolo entre todas a entidades, estando cientes da concretização deste processo no mais breve possível quere em termos de obra e também nos seus serviços.

Quanto ao balneário termal informou estar-se a fechar esse processo, projeto de arquitetura e de especialidade, esperando que num futuro próximo poder avançar com este projeto que há muito tempo ambicionamos.

Falou depois sobre a transformação do edifício onde funcionava a extensão de saúde e que fazia parte do orçamento participativo e em colaboração com a Junta de Freguesia é possível transformar em duas habitações que vão albergar duas famílias, as quais já estão identificadas.

Informou estar a ultimar o processo para a regularização da pavimentação de diversas estradas e reconstrução de muros em vários locais, reportou ainda que foram retomadas as obras do polidesportivo de Vilarinho de Freires e que foram iniciadas as obras do Mercado Municipal, bem como a obra de requalificação do largo em Godim, vai iniciar-se a obra de remodelação do albergue para os caminheiros do Caminho de Santiago e vai amanhã à reunião de Câmara a adjudicação de reabilitação da Avenida Dr. Manuel de Arriaga, que se prevê ter o seu início dentro de três meses, dado a mesma ter de ser submetida ao Tribunal de Contas.

Tomou então a palavra do senhor Presidente da Assembleia para se reportar, que estando neste momento as exéquias Fúnebres da esposa do Ex Primeiro Ministro Passos Coelho, Laura Ferreira que foi uma senhora consensual na sociedade Portuguesa pela postura, na luta contra a doença absolutamente terrível, o PSD proporia um voto de pesar.

Passou a usar da palavra a Deputada Joana Catarina Souto Lopes que lamentou o falecimento da Senhora vítima de uma doença, não deixando de considerar de certa forma que é despropositado o voto de pesar, dado a Senhora nunca tendo ocupado qualquer lugar de destaque, reforçando o lamento da morte da Senhora, esposa do Senhor Passos Coelho, mas afirma nada terem a opor na admissão do voto de pesar.

Falou de seguida o Deputado Raúl Jorge Pinto de Carvalho Gonçalves informando que votam a favor da sua admissibilidade considerando que é de enaltecer, pois esta é uma luta que se deve ter em conta os familiares mais próximos que tiveram também familiares que sofreram com essa luta, que é a doença do cancro.

O senhor Presidente da mesa passou a ler o voto de pesar o qual será votado no final desta Assembleia que que é do seguinte teor:

É com profundo pesar que os Grupos Municipais da Assembleia Municipal do Peso da Régua lamentam o falecimento de Laura Ferreira.

As nossas mais sentidas condolências a toda a família.

Não podemos deixar de manifestar a nossa homenagem a todas as mulheres que sempre lutaram, até ao fim, com todas as suas forças, contra a doença que as vitimou, contribuindo decisivamente para enaltecer a luta que todas as mulheres e homem têm para com esta doença.

O nosso obrigado e que Laura Ferreira descanse em Paz.

Após a leitura do voto de pesar pediu usar da palavra o Senhor Presidente da Câmara que disse que amanhã tinha intenção em reunião de Câmara propor um voto de pesar pelo falecimento do Tosé Martinho, que no fundo tem familiares nesta terra e foi um embaixador do nosso concelho e que sempre que vinha cá falava com paixão e amor e ele também faleceu há pouco tempo, pelo que propunha que o voto de pesar também fosse considerado, e como tal os votos de pesar são partilhados pelos dois órgãos.

Usando da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que temos que ter cuidado com as pessoas da terra, pois não podemos falar de uns e não de outros.

A tradição desta casa tem sido circunscrevermo-nos aos membros da Assembleia e dos outros autarcas.

Referiu ser um bom precedente para não ferir suscetibilidades futuras e entrarmos pelo caminho de, sem querer, involuntariamente, se cometer lapsos imperdoáveis.

Afirmou que neste caso que o Tosé Martinho quer Laura Ferreira faz sentido porque são pessoas que é justo reconhecer que prestaram um bom serviço e há uma contemporidade com os falecimentos e as reuniões dos Órgãos e lhe parece que aqui há um sentimento comum, tanto da Câmara como da Assembleia Municipal em relação às duas figuras, dois votos distintos tanto que não há nada a opor que se faça.

Como não foi solicitado qualquer pedido de intervenção passou-se de imediato ao ponto 2) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de alteração/adaptação dos escalões do consumo de uso doméstico, de uso comercial e industrial e obras, Adaptação do tarifário (escalões) de resíduos sólidos e urbanos do tarifário de água.

Dada a palavra do Senhor Presidente da Câmara este afirmou que no fundo isto tem a ver com a discrepância que havia com o nosso tarifário, nós seguíamos um tarifário nos seguíamos com um tarifário de 0 a 5, 6 a 10 e acima de 10, a empresa trabalha com um tarifário de 0 a 5, de 6 a 15 e acima de 15 o que nós fizemos foi aceitar esta alteração, procedimento que é praticado pela Empresa e por todos os Municípios Associados.

Usou de seguida da palavra o Deputado Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves disse que relativamente a este ponto felicitava o executivo e o Senhor Presidente da Câmara e também deu os parabéns por ter dado a cara, promovendo uma sessão de esclarecimento e sabendo que irão ser promovidas outras em todo o concelho para que a informação seja uniformizada.

Dado terem prescindido os deputados para neste ponto usarem da palavra, assim como o Senhor Presidente da Câmara para encerramento, foi posta à votação e foi a mesma aprovada, por maioria, estando presentes 27 senhores, deputados com

Votos a favor 16

Abstenções 11

Seguidamente foi posto à discussão o ponto 3) apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Comissão Municipal de proteção ao idoso de Peso da Régua.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que este ponto tem como objetivo um problema que cada vez nos deve preocupar mais, tem a ver com os idosos com as condições que por vezes lhes são proporcionadas, abriu aqui um parêntese que lhe faltou na informação inicial e que é a sua preocupação sobre o estado das nossas IPSS que estão a ter grandes dificuldades, que quase é generalizado a todas, a maioria delas fruto de investimentos a fazer para ter condições para cumprir o que a legislação as obriga, mas esses investimentos embora tivessem financiamentos, uma parte tiveram de pagar, isto agravado com os custos de pessoal, que na grande maioria ganha o ordenado mínimo e que os aumentos, e bem, do mesmo, sem que os acordos de cooperação sejam atualizados, tem agravado a situação dessas Instituições, tendo feito uma apreciação exaustiva da situação das mesmas, considerando que elas estão ao serviço dos mais necessitados. Considera que é grave o que se está a passar no nosso concelho, mas é transversal a todos os concelhos, é muito bonito falar que os ordenados mínimos têm subido, e bem, mas o valor dos acordos de cooperação embora sejam complementados pelos utentes com parte da sua reforma, continuam insuficientes.

Voltando ao ponto, este regulamento, salientou que era necessário isto para termos um instrumento com o qual podemos ter uma noção da realidade dos nossos idosos e das suas condições em que poderemos intervir, tendo em conta que iremos ter os nossos idosos todos sinalizados e quais serão as suas necessidades, para quando os problemas acontecerem nós por antecipação os poderemos resolver, muito embora os serviços sociais do Município já estejam a sinalizar e dar apoio.

Foi dada a palavra ao Deputado do PS Mário Quifones Janeiro que disse que bancada do PS vê com agrado a apresentação desta proposta, esperando que efetivamente isto seja posto em prática.

De seguida usou da palavra o deputado Raúl Jorge Sousa pinto Carvalho Gonçalves afirmando constatar com agrado esta proposta uma vez que a população idosa, pois caminhamos a passos largo para o envelhecimento da nossa população nomeadamente no nosso concelho, não pode ser um problema, mas tem de ter uma solução.

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que se reportou às intervenções do Senhor Deputado e fazendo uma resenha da forma com são tratados os problemas dos idosos, quer no aspeto da saúde, como no seu acompanhamento, e também recordar aos mais jovens que isto é um processo inter-geracional, e um dever que nós temos como filhos e como outros já tiveram essa obrigação, embora como autarcas eleitos tenham o dever de olhar pelos nos idosos.

Posto à votação este ponto foi o mesmo aprovado por unanimidade pelos 26 membros presentes.

Passou-se de imediato ao ponto 4) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal do regulamento Municipal de gestão do parque habitacional.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este disse que este regulamento é muito complexo do ponto de vista da gestão do que é o parque habitacional, o principio daquilo que deveria ser o Parque social deveria ser um principio provisório, quem tem necessidade a determinado momento e uma necessidade clara pode recorrer, mas após estabilize a situação em termos laborais e económicos devia libertar, para que outros que tivessem necessidade pudessem usufruir, no entanto na pratica, ao longo dos anos isto não acontece, considera-se um bem adquirido.

Tendo feito um exercício dos gastos feitos naqueles edifícios e a rendas que se recebem, se os mesmos fossem vendidos apenas por um euro teríamos lucro, pois aquilo que se suportam naqueles investimentos é muito superior ao que recebemos, e injusto para o resto da população em geral, injusto para quem vem cá e tem a sua casa e precisa de fazer uma obras e não tem forma de o fazer e até precisava de um apoio para requalificar e nós não temos condições nem regulamento para que o possamos fazer.

Informou que se procedeu à candidatura de eficiência energética estando já a executar os projetos finais, que têm demorado dado terem de ser considerados dois níveis do que é a eficiência energética do Bairro para ser elegível.

Mais esclareceu que já se encontram a trabalhar naquilo que é o rendimento do agregado familiar, há uma norma para a fixação da renda, mas acontece que só vêm cá aqueles que perderam rendimentos e não quem teve aumentos.

Assim como haverá agregados que o rendimento já é superior ao que apresentaram e para que a renda a fixar já esteja de acordo, o Município vai fazer uma averiguação se o declarado é o real.

Elencou ainda uma série de elementos que julga que devem ser estabelecidos e que devem ser implementados para que haja mais justiça para com todos os Municípios.

O Deputado Raúl Jorge Sousa Pinto Carvalho Gonçalves no uso da palavra e sobre este ponto aproveitou para enaltecer o Senhor Presidente e o executivo pois este ponto poderá eventualmente ser considerado polémico, mas o executivo com a força que tem vão levá-lo a bom termo.

Posto à votação este ponto foi aprovado por unanimidade estando presentes vinte e sete Senhores Deputados.

Passou-se então ao ponto 5) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de contratação de EMLP, para aplicação em projeto de investimento até ao de 54.554,15 euros, correspondente à contrapartida Nacional de investimento Municipal co-financiado pela Operação – Norte 04-2316-FEDER-000401 – Reabilitação do Espaço Público Adjacente ao cemitério de Godim.

Empreitada – “Recinto de Promoção e Valorização de Produtos Endógenos do Douro – Largo Padre José Pinto de Carvalho – Godim”

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este afirmou que isso no fundo é para o empréstimo da contrapartida nacional da obra que estamos a realizar no espaço público adjacente ao Cemitério de Godim e na sequência deste ponto pedir desculpa do senhor Presidente da Junta de Freguesia pelo fato dos Serviços da Câmara não o terem informado do início daquela obra, o que para tal têm instruções para o fazerem.

O objetivo daquela obra é ampliar o espaço público para o exterior, desafogar a Casa Mortuária, tendo agora surgido um problema que são as árvores ali plantadas que seriam transplantadas, mas que não será exequível.

Dado todos terem prescindido da palavra assim como o Senhor Presidente da Camara foi posto à votação estando presentes vinte e sete deputados e foi a mesma aprovada por maioria com

Votos a favor 26

Abstenções 1

Foi de seguida posto à discussão o ponto 6) Apresentação, discussão e aprovação da proposta da Câmara Municipal de alteração do Mapa de pessoal.

Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara este disse que na próxima Assembleia iria apresentar um mapa já estruturado e reportando a realidade exata daquilo que é a Câmara Municipal as saídas de competências e entrada de competências e ajustar aquilo que são situações precárias em harmonia com a lei, sendo que o aumento se refere aos assistentes operacionais para assim darmos resposta a esta situação e regularizar situação que temos, referiu-se ainda ao pessoal do Centro de Saúde no âmbito da delegação de poderes, mas que não vai alterar o mapa de pessoal no aspeto dos encargos.

Não havendo qualquer pedido do uso da palavra foi a mesma posta à votação tendo sido aprovada por maioria estando presente 26 Senhores Deputados com

Votos a favor 16

Abstenções 10

O senhor Presidente da solicitou à Assembleia se já tinha considerado os votos de pesar referidos no período da antes da ordem do dia.

Solicitou a Palavra o Deputado Raúl Jorge Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves que tendo auscultado os membros dos outros partidos disse que o voto de pesar pela Senhora Laura Ferreira foi aprovado por unanimidade, assim como o voto de pesar do Tosé Martinho, sendo que o teor deste voto terá o texto que for apresentado na reunião do Executivo.

Posta à votação estes votos de pesar foram os mesmos aprovados por unanimidade pelos vinte e seis membros da Assembleia presentes.

A minuta parcial da ata foi lida e aprovada, para surtir efeitos imediatos, por unanimidade pelos 26 membros presentes.

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão.